

Sarney não veta rolagem

A possibilidade de o Governo vetar a parte do orçamento que trata da rolagem da dívida dos Estados é considerada remota, pela assessoria parlamentar do Palácio do Planalto. O veto presidencial sobre a receita de um bilhão de dólares que terá com os Estados só será possível se houver um outro veto sobre parcela igual de recursos na coluna das despesas do orçamento.

Tecnicamente, esta solução é quase impossível. A Constituição permite vetos apenas sobre artigos inteiros ou sobre todo um projeto. Dessa maneira, Sarney teria que encontrar um artigo com volume de despesas exatamente igual ao montante de receita que gostaria de ve-

tar. O sub-secretário para assuntos parlamentares do Gabinete Civil, Henrique Heargraves, disse que essa dificuldade fará com que o Presidente sancione o projeto que o Congresso aprovar. Heargraves explicou que, por outro lado, não interessa ao Palácio do Planalto um grave desentendimento político com o Congresso.

A alternativa que resta ao presidente Sarney está na sua força política em plenário, durante a votação do orçamento. Os próprios parlamentares governistas entendem que será bastante difícil a tarefa de aprovar modificação na rolagem da dívida dos Estados, dentro do Congresso.